
A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política

João Edmilson Fabrini *

RESUMO

A expansão das relações capitalistas no campo foi acompanhada pelo processo de expropriação/expulsão dos trabalhadores rurais. Diante desse quadro, a partir do final da década de 70 os trabalhadores rurais passaram a se organizar e a conquistarem a terra. Os sem terra assentados procuram organizar a produção desenvolvendo ações coletivas na terra, onde se destacam as Cooperativas de Produção Agrícola. A viabilidade da produção cooperativa nos assentamentos não deve ser entendida exclusivamente a partir do aspecto econômico, pois as cooperativas transformam-se numa retaguarda política para acumular forças na realização da Reforma Agrária e mudança da sociedade. Assim, a produção agrícola cooperativa nos assentamentos está articulada, sobretudo, às questões políticas e ideológicas.

PALAVRAS-CHAVES: cooperação agrícola; assentamentos; reforma agrária; ideologia; política.

A expansão das relações capitalistas no campo foi acompanhada pelo processo de expropriação/expulsão dos trabalhadores rurais. Diante desse quadro de expropriação/expulsão, os trabalhadores rurais passaram, a partir do final da década de 70 a se organizar e promover ações de luta para conquista da terra, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Até então, as lutas dos trabalhadores rurais eram vistas como inviáveis, pois o camponês, categoria produzida no processo de produção capitalista, seria essencialmente individual/familiar. Daí não se poderia esperar ações e práticas coletivas.

O Movimento tem se materializado principalmente, em ocupações e acampamentos em todo o Brasil, através do qual o sem-terra tem conseguido algum resultado em seu favor. Os acampamentos tornaram-se o principal instrumento de luta e resultam no assentamento dos trabalhadores sem terra.

A conquista da terra e o desenvolvimento econômico não significam apenas a inclusão do sem-terra no mundo da produção, mas também,

a conquista de seus direitos, da consciência política, da cidadania.

A análise e estudo da viabilidade da produção da cooperativa nos assentamentos não devem ser feitas exclusivamente a partir do aspecto econômico, pois, as cooperativas transformam-se numa retaguarda política para acumular forças na realização da reforma agrária e mudança da sociedade. Assim, a produção agrícola cooperativa nos assentamentos está articulada, sobretudo, às questões política e ideológicas.

O QUE SÃO ASSENTAMENTOS?

O termo assentamento possui diferentes conteúdos. Segundo Esterici, o termo assentamento surgiu, provavelmente, no interior do Estado e refere-se às ações que tem por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para solução de problemas socioeconômicos, reconhecidos sua importância e necessidade, principalmente, pela viabilidade econômica. Desta forma, as ações do

* Professor Assistente do Depto. de Geografia da Unioeste/PR – Supervisor Externo do Projeto Lumiar/INCRA-PR. E-mail: fabrini@unioeste.br.

Estado são concebidas como ações de ordem técnica e não política, e as populações “beneficiadas” estão destituídas de caráter ativo. (ESTERCI,1992:5).

Os assentamentos realizados no campo através de projetos de colonização, entregues às empresas colonizadoras, bem como os projetos de colonização realizados na Amazônia pelo governo dos militares, são exemplos semelhantes aos assentamentos rurais referidos acima. Evidentemente, não são destes assentamentos rurais que nos propomos a abordar, mas àqueles resultantes da ação de movimentos organizados através de lutas de resistências e ocupações de terra, que se desencadearam a partir do final da década de 70.

Tomando o movimento de luta pela terra como referência, nesta abordagem, os trabalhadores rurais, através de ações políticas, vão modificando e acrescentando novos conteúdos ao termo assentamento. Aí desdobram-se novas ações políticas, desenvolvendo lutas e confronto com o Estado por assistência técnica, crédito, infraestrutura, etc (ESTERCI, 1992:6).

Apenas o assentamento dos sem-terras não garante a implantação da Reforma Agrária, pois esta tem caráter bem mais amplo. Entretanto, os assentamentos dos sem-terras significam a conquista do principal elemento da reforma agrária: a *Terra*. É importante destacar que muitos assentamentos já nascem comprometidos, demonstrando um quadro extremamente adverso em vista das condições que os assentamentos são criados (dimensão dos lotes, fertilidade da terra, declividade, distância).

Os assentamentos de reforma agrária são conquistas alcançadas pela organização, mobilização dos trabalhadores envolvidos. Embora o Movimento (MST) esteja vivendo uma conjuntura favorável, tanto nacional como internacionalmente (basta recordar o recebimento do Prêmio Nobel Alternativo em 1991 e o Prêmio Rei Balduíno em 1997, na Bélgica), este sempre causou rejeição entre as elites. Os grupos dirigentes temem a realização de assentamentos, (reforma agrária) porque podem fortalecer os movimentos, levando à perda de fatia do poder. Assim, significam uma ameaça à ordem estabelecida. A rejeição aos assentamentos e à reforma agrária é uma evidência de que estes possuem um importante significado político.

A idéia de que o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico dependem da reforma agrária não é suficiente para convencer as elites da importância da reforma agrária e dos assentamentos dos sem-terras, pois não estão interessadas em qualquer desenvolvimento de forças produtivas. Na verdade, as elites econômicas não precisam da reforma agrária e dos assentamentos dos sem-terras, visto como um elemento estimulador do aumento da produção e acúmulo de lucros e rendas.

Ocorre que, apenas a propriedade da terra permite o acúmulo, pois o proprietário pode utilizá-la como reserva de “valor”, ou seja, o proprietário investe na compra de terra para extrair mais-valia social e não para destiná-la à produção agropecuária.

A apropriação da terra, no modo de produção capitalista, é diferente da apropriação de outros meios de produção, pois esta não é produzida pelo processo do trabalho. Para apropriar-se da terra é necessário pagar um preço pelo direito de sua utilização e exploração. Essa licença paga pelo direito de utilizar a terra é a renda da terra.

A renda da terra pode ser resultado da concorrência (renda diferencial) ou de monopólio (renda absoluta). A renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção e pode ser oriunda dos investimentos de capital no solo, da localização, da fertilidade natural do solo. A renda absoluta resulta do monopólio da terra por uma parcela da sociedade: os proprietário de terra. (OLIVEIRA, 1986:74).

Essa renda não é resultado de parte do trabalho excedente daquela terra, mas resulta da mais – valia social paga ao seu proprietário. Daí a necessidade de apropriação de uma parcela cada vez maior de terra (concentração) para que seja aumentada a capacidade de extrair mais – valia social. A terra transformada em mercadoria, permite ao proprietário cobrar a renda quando ela estiver sendo utilizada para a produção ou quando for vendida.

Observa-se que existem diferentes formas de apropriação de mercadoria, produzidas e não produzidas pelo processo do trabalho. O capitalista acumula apropriando-se da mais – valia. Já, o proprietário de terra, acumula capital, transformando a renda da terra em renda capitalizada, ou seja, o acúmulo não é proveniente do lucro e espoliação dos trabalhadores, mas apenas pelo fato de possuir terra.

Dessa forma, apenas a propriedade da terra garante renda ao seu proprietário. Este caráter rentista do campo brasileiro é um elemento a ser considerado para entender a reação das elites contra a reforma agrária.

REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS E IDEOLOGIA

A luta pela terra sempre foi marcada por interesses políticos, revolucionários, e vista como uma questão de segurança nacional pelos governos dos militares.

A principal palavra de ordem nos dias atuais, *Reforma Agrária: uma luta de todos*, indica novos encaminhamentos na luta pela terra. A sociedade deve empenhar-se na realização da reforma agrária, pois esta beneficia a todos (trabalhadores rurais, urbanos, estudantes, empresários, militares, etc.). Entretanto, a desideologização é aparente, pois a reforma agrária, os assentamentos rurais e as cooperativas aí presentes estão carregadas de conteúdo *ideológico*.

Não é objetivo deste trabalho problematizar e estudar o conceito de ideologia. Entretanto, é importante dizer sobre que ideologia estamos falando, pois este termo possui um grau de complexidade muito grande e vai além de sua etimologia.

O termo ideologia, assumindo um significado negativo, ilusório e pejorativo, ou seja, uma maneira errada de ver as coisas. A concepção de ideologia de Marx é entendida neste sentido negativo, isto é, idéias erradas, incompletas, distorcidas e vinculadas aos interesses das classes dominantes.

Mannheim, em seu livro *Ideologia e Utopia* avança na discussão sobre ideologia, além de elaborar uma crítica ao marxismo, argumentando que este não aplicou sua “revelação ideológica” a si mesmo, ou seja, que todas as idéias, inclusive o marxismo, estão comprometidas com uma classe social.

Mannheim, em *Ideologia e Utopia*, estabelece a diferença entre os dois conceitos: *utopia e ideologia*.

O termo ideologia aparece ainda em dois sentidos distintos, ou seja, a ideologia total e a particular. O sentido particular de ideologia atua no nível psicológico e o ponto de referência é o indivíduo.

“As análises de ideologias, no sentido particular, que fazem o conteúdo do pensamento individual depender amplamente dos interesses do sujeito, jamais podem realizar esta reconstrução básica do modo de ver total de um grupo social.” (MANNHEIM, 1976:85).

O sentido total de ideologia está inserido no contexto histórico do indivíduo e pressupõe a correspondência entre uma situação social e uma certa perspectiva.

“Referimos aqui – ideologia total – à ideologia de uma época ou de um grupo histórico – social concreto, por exemplo, a de uma classe, ocasião em que nos preocupamos com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo.” (MANNHEIM, 1976:82).

Assim, ideologia, para Mannheim, seria um conjunto de idéias e concepções que se propõe a manutenção e reprodução de uma determinada ordem social. As utopias, seriam aquelas idéias que trazem um conteúdo revolucionário e de negação da ordem instituída.

“Temos referir como utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento”. (MANNHEIM, 1976:216).

É como se a ideologia olhasse para trás e as utopias para frente, onde, uma, procura acomodar à realidade e a outra, procura transformá-la. (RICOEUR, 1988:88).

As utopias podem transformar-se em ideologias: O positivismo, por exemplo, comprometido com a ordem burguesa no século XVIII possuía um caráter contestador e revolucionário (utópico), com as idéias de neutralidade e objetividade. Também a burguesia nascente, apresentava-se como uma classe revolucionária, com ideais utópicos, pois centrava-se no direito ‘a igualdade, liberdade fraternidade, democracia, etc. No século XIX, quando a burguesia torna-se a classe hegemônica, assume características conservadoras.

“Podemos então dizer que a visão social do mundo da burguesia tinha um caráter mais utópico no século XVIII e mais ideológico no século XX, e pode ser interpretada por alguns pensadores mais no seu sentido utópico e, por outros, mais no seu sentido ideológico”. (LOWI, 1989:30).

Por outro lado, a ideologia, se compreendida como uma concepção política vinculada aos interesses de classes sociais (concepção de Lênin), apresentando-se como ideologia burguesa ou ideologia do proletariado, remete-nos a termos como “luta ideológica”, “embate ideológico”, “trabalho ideológico” (LOWI, 1989:12). Neste sentido, as classes sociais constroem suas ideologias, podendo tornar-se uma arma disponível a uma determinada classe social e qualquer grupo pode utilizá-la contra os demais. Observa-se que a ideologia pode constituir-se num arsenal intelectual, utilizado tanto pela classe dominante como pelos trabalhadores. Neste sentido, a ideologia evolui para a sociologia do conhecimento, e o que anteriormente era um arsenal entendido como construção de armas intelectuais dos trabalhadores, transforma-se num método de pesquisa da história intelectual e social. (MANNHEIM, 1976:103/4).

Trazendo a discussão para o tema abordado, podemos afirmar que a “reforma agrária” técnica e desideologizada, visando exclusivamente o desenvolvimento das forças produtivas, é, em última instância, ideológica, pois dispensa-se de uma importante arma, que a ideologia poderá se constituir.

O assentamento e a organização da produção feitos exclusivamente a partir da perspectiva de elevação da produção agropecuária, seria uma proposta de reforma agrária admitida pelas elites, que diante das pressões populares, procuram atender as demandas ao seu modo (desideologizando-a). A reforma agrária técnica, desideologizada e feita exclusivamente a partir da perspectiva econômica, apresenta-se como um contradição, pois a reforma agrária possui um significado subversivo à ordem estabelecida na sua essência.

A reforma agrária e a proposta de produção agropecuária nos assentamentos através das cooperativas, estão inseridas num contexto ideológico (entendida como uma concepção

política vinculado a interesses de classe) que, neste caso, servem aos trabalhadores sem terra e não reproduz o modelo dominante (capitalista) de produção agropecuária no campo.

MARTINS (1994:151) afirma que houve uma alteração de prioridades na ação dos mediadores da reforma agrária, quando a figura do posseiro foi substituída pela figura do sem terra, deslocando o “...centro da questão fundiária do posseiro para o sem – terra”. A luta dos posseiros estava respaldada por um forte conteúdo *moral*, pois o grileiro era sinônimo de delinqüente, criminoso e violento. Já as lutas dos sem-terras não se dão com base no mesmo argumento moral, mas no argumento *econômico*.

“A posição deslocada da questão agrária no novo regime despolitizou-a em favor do produtivismo econômico da retórica dos grandes proprietários...” (MARTINS, 1994:152).

A reforma agrária proposta pela “nova república” assumiu um caráter produtivista, tecnicista e economicista, ou seja, uma reforma agrária aceitável pela burguesia e pelo capital, que estaria a serviço do capitalismo. Não vêem, eles, que o capital internacional, nacional e proprietários de terra estão unidos, com capital transformado em capital rentista.

A proposta dos trabalhadores não é de uma reforma agrária apenas de caráter econômico, limitada aos domínios do mercado, visando o abastecimento alimentar, mas uma *reforma social*. Os trabalhadores querem mais do que reforma meramente econômica.

“Querem uma reforma social para as novas gerações (...) que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito à contra partida do seu trabalho, aos frutos do trabalho. Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros e integrantes da sociedade”. (MARTINS, 1994:154).

O aumento da produção agropecuária e a melhoria no padrão de vida dos trabalhadores rurais são visíveis nos assentamentos. Entretanto, cabe destacar que a importância dos assentamentos não reside apenas na sua função econômica e de produção, pois os trabalhadores

não têm apenas necessidades de comer, vestir, morar, mas também necessidade de democracia, participação política, de contrapor-se ao poder; de tomar decisões, enfim.

Surge, nos assentamentos rurais, a possibilidade de se colocar em prática uma nova proposta de produção no campo, de um homem novo, ou seja, a proposta de uma sociedade nova.

Para Abramovay, as relações sociais, políticas, e, principalmente, econômicas nos assentamentos, adquirem novas formas, diferentes daquelas desenvolvidas no acampamento e na luta pela terra. As ações coletivas não têm o mesmo espaço, e

“estabelece-se o desencantamento do mundo, realidade da sociedade capitalista, onde você tem mercado, dinheiro, desigualdade, despersonalização das relações econômicas e assim por diante”. (ABRAMOVAY, 1994:316).

Os movimentos entram em refluxo e o trabalhador assentado sai do mundo das utopias e entra no mundo da produção.

O acesso à terra coloca ao trabalhador uma nova condição (condição de produtor). Aí ocorre uma tendência à dispersão das lutas e reivindicações, que não são as mesmas do período vivido no acampamento, quando as lutas eram mais políticas do que econômicas. Os assentados, agora preocupam-se com questões de produção, política agrícola, assistência técnica, investimentos, etc. O seu discurso parece ser outro, afinando-se mais aos dos “pequenos produtores”, pois até mesmo procuram estender suas formas de organização (cooperativas, associações, grupos de produção) aos agricultores não assentados. Entretanto, os assentamentos não são apenas lugares dedicados à produção agrícola/pecuária/agroindustrial, mas também o lugar do debate político, onde se discute questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas.

Por outro lado, os assentamentos são um “campo fértil” para que os ideais possam se materializar e as utopias não morrem.

Em vista de sua trajetória e experiência politizadora nos acampamentos, os assentados concebem a produção de forma diferenciada dos agricultores familiares.

“Além disso, a observação, no seu nascedouro, de experiências de organização coletivas e associativas, faz pensar que o conceito usual de pequeno produtor não se aplica em tais casos, pois aí estar-se-iam criando ‘novas formas de pequena produção’ baseadas em ‘ideais utópicos’ gerados nas lutas de conquista”(ESTERCI, 1992:8).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra defende a necessidade da implantação de cooperativas agrícolas nos assentamentos, como uma das formas para fortalecer a luta pela transformação da sociedade:

“...as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária”. (GÖRGEN e STÉDILE, 1991:146).

Os assentados tornam-se agricultores e também militantes trazendo consigo o envolvimento das dimensões políticas, ideológica, social, econômica, filosófica e religiosa.

EFICIÊNCIA POLÍTICA E ECONÔMICA DAS COOPERATIVAS NOS ASSENTAMENTOS

As ações iniciais do MST foram caracterizadas por ações políticas de luta e conquista da terra. A conquista da terra levou o sem-terra a declinar sua atenção também para ações coletivas nos assentamentos, que não se restringem apenas à busca de benefícios econômicos, com vista à implementação da produção. A discussão sobre a produção no assentamento foi inserida na seguinte palavra de ordem: *Ocupar, resistir e produzir*. A produção passou a ser entendida como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terras.

As pressões do governo federal (Collor) no início da década de 90, colocaram muitos obstáculos para o desenvolvimento de ações

massivas, levando o MST a voltar-se para dentro, com propósito de organização interna, inclusive organizar a produção. O entendimento de que as conquistas, da terra primeiramente, somente se dão em vista de ações coletivas; desdobram-se também nos assentamentos, quando as questões econômicas ganham maior relevância do que no acampamento.

O entendimento da direção do MST é de que não existe condições do assentado progredir econômica, social e politicamente através de produção individual/familiar. O modelo de produção capitalista inviabiliza esse progresso, e por isso, os assentados devem reconhecer no trabalho cooperativo a possibilidade de desenvolvimento, garantindo assim, a sua existência.

A intenção do assentado produzir individualmente no seu lote é entendida pelo MST como um "desvio" que deve ser combatido para evoluir e alcançar formas superiores de produção (cooperativa). A formação dessa consciência de individualidade seria fruto das relações de trabalho vividas no passado de cada assentado.

A fase inicial dos trabalhos associativos foi caracterizada pelo surgimento de associações e pequenos grupos inspirados nas CEBs; ou grandes associações com objetivo de prestação de serviços. Era uma cooperação espontânea e sem direcionamento político definido.

Resultante dos debates internos desenvolvidos no MST, surge em 1992, a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária), que passa a centralizar as ações de mais de uma centenas de cooperativas de produção, comercialização e prestação de serviços e estimulando a implantação de Cooperativas nos assentamentos de todo o Brasil, através de cursos, organização de laboratórios experimentais, articulação de convênios e financiamentos, elaboração de cadernos sobre a cooperação. É importante destacar que o conteúdo destes cadernos não traz apenas uma proposta técnica de organização da produção nos assentamentos, mas acima de tudo, são altamente ideológicos e politizadores.

As iniciativas de organização da produção nos assentamentos como, por exemplo, a criação da CONCRAB, fazem parte de alterações da política do MST, para a produção, e, em vista da conjuntura nacional e internacional levou-o a

rever seus objetivos e ações, procurando integrar-se à economia de mercado com a formação de cooperativas. Ao contrário da plataforma que enfatizava o socialismo e a luta revolucionária, a produção nos assentamentos, através da cooperativa, passa a buscar inserção na economia capitalista. Neste caso, seriam ações coletivas que procuram superar os problemas e não contestar a ordem dos mercados capitalistas. (Gohn, 1997:149).

Essa parece ser uma discussão marcada por duas orientações políticas dentro do MST. Uma, que entende o assentamento como lugar da produção, e voltado prioritariamente para as lutas econômicas; e outra, que concebe o assentamento como lugar de continuidade das lutas dos sem-terras, com uma orientação mais política do que econômica.

Segundo Gohn, a produção em cooperativas nos assentamentos não é apenas uma forma de barateamento dos custos de produção, mas representam saídas para a crise atual do sistema capitalista que apresenta na sua essência dificuldades de inserir setores populares na sua dinâmica. São processos que experimentam novas formas de produção e técnicas produtivas, agora sob gestões coletivas, aproveitando as forças comunitárias. As formas cooperativas de produção dos assentamentos foram descartadas no passado, por serem consideradas arcaicas, pois faltava racionalidade técnica, sustentava-se em tradições, credences populares, solidariedade, laços de amizade, que agora estão sendo resgatados. (Gohn, 1997: 153/4).

A proposta de cooperação refere-se ao desenvolvimento das forças produtivas, como condição para viabilidade econômica dos assentamentos. Assim, existe a necessidade de aumento de capital constante, produtividade do trabalho, divisão e especialização do trabalho, racionalização da produção, de acordo com os recursos naturais e desenvolvimento de agroindústrias (MST, 1993:10/11).

Pode-se levantar, aqui, a seguinte questão: a cooperação agrícola nos assentamentos sustentada na eficiência econômica viabiliza a eficiência política? As cooperativas destacam-se pela sua eficiência política ou eficiência econômica?

O progresso das cooperativas não é avaliado somente pelo volume de produção. As cooperativas têm demonstrado também uma

eficiência política. A liberação de militantes para desenvolver lutas nas “frentes de massa”, com organizações de ocupações de terra em outras regiões é um exemplo desta perspectiva política, implícita na concepção de cooperativa. Através da cooperação nos assentamentos procura-se viabilizar e implantar a estratégia do MST, ou seja, constituir-se em

“...retaguarda ao proporcionar militantes/dirigentes e criar condições materiais para a luta; desenvolver a consciência política na base; construir a sua organicidade; engajar-se na sociedade, seja fazendo articulação política ou ajudando a organizar outros segmentos; vivenciar novos valores” (CONCRAB, 1998:9).

A cooperação é entendida como a associação de trabalho, capital e terra na produção agropecuária para enfrentar a concorrência, ou o monopólio que o setor mercantil/industrial/financeiro exerce sobre o agropecuário. Como é praticamente impossível ao assentado concorrer com os grandes grupos econômicos que atuam no setor, trabalhando individualmente no seu lote, a cooperação agrícola surge como uma alternativa de sobrevivência da “pequena agricultura”. A cooperativa seria semelhante a uma grande empresa, dirigida pelos assentados, que, produzindo em escala, colocaria seus produtos no mercado a preços mais competitivos.

“No mercado capitalista sempre se consegue os melhores preços quando se negocia quantidades maiores e produtos de maior qualidade. Através da cooperação, portanto, aumentam as chances de resultados financeiros mais rentáveis” (MST, 1993:11).

A cooperação agrícola, sustentada através da *inserção no mercado*, poderá apresentar-se como um sério obstáculo à proposta dos trabalhadores assentados, embora a cooperativa se proponha a construir e operar num mercado alternativo.

“Já o segundo – mercado alternativo – deverá buscar desenvolver a concepção de que o mercado existe para servir os trabalhadores e atender as suas necessidades” (CONCRAB, 1998:39).

Para alcançar preços mais competitivos, os assentados necessitam cada vez mais aumentar os investimentos para ampliar seu capital constante e variável, baixar custos, diminuir despesas para aumentar a produção/ produtividade. A renda obtida através do excedente da produção, deve ser reinvestida na produção e não destinada à aquisição de bens de consumo às famílias assentadas. Em tese, o consumo familiar (aquisição de produtos como móveis, gêneros alimentícios, eletrodomésticos, combustível, por exemplo) seria sacrificado, para destinar maior volume de recursos nas atividades produtivas da cooperativa.

Concebendo as cooperativas diferentemente de uma empresa capitalista, porque aí, os trabalhadores socializaram os meios de produção, dirigem o processo de produção e comercialização, enfim, “apropriam-se” das riquezas produzidas por eles, cabe observar que a “lógica”, o motor, é a inserção no mercado. É uma “lógica” que sobrepõe os interesses acumulativos às necessidades de cada assentado.

Nos assentamentos, a cooperativa não deve ser vista como um empreendimento essencialmente capitalista, porque esta não produz exclusivamente para o mercado: produz também para as famílias. Entretanto, é importante observar que existe uma grande preocupação em produzir excedentes, viabilizados, principalmente, através da mecanização e uso de instrumentos e equipamentos modernos, adquiridos no mercado. É evidente que a produção destinada ao consumo no próprio assentamento/cooperativa (gêneros alimentícios, instrumentos, produtos de sustentação de outras atividades) têm importância fundamental na produção de excedentes, com barateamento de produtos destinados ao mercado.

A cooperação agrícola nos assentamentos é uma proposta dos sem-terras assentados para tirar vantagens no mercado, pois a produção individual/familiar (camponesa) está subordinada aos interesses do capital mercantil/industrial, que se apropria da renda da terra na circulação e não na produção.

A cooperativa tem um caráter empreendedor (empresa).

“O SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados –, como cada cooperativa, deve

ter, ao mesmo tempo, um caráter político e um caráter de empresa econômica” (CONCRAB, 1998:11).

Esta dificuldade de conciliação dos objetivos econômicos e políticos, é percebida pelo MST, quando procura conceber e organizar a cooperativa como uma totalidade.

“Sempre haverá uma tensão (contradição) entre as duas faces do caráter do SCA: fazer a luta política e ser uma empresa econômica. Sê só fazermos a luta política não precisaríamos constituir cooperativas e nem legalizar as associações. Sê só agirmos como empresa econômica caímos no desvio do economicismo” (CONCRAB, 1998:12).

Espera-se que os trabalhadores, na cooperativa, possam tirar vantagens com integração ao mercado, o que, seria a garantia para permanência da terra nas mãos de quem nela trabalha.

Segundo Horácio Martins de Carvalho, há o entendimento de que a luta do MST (estruturação, ocupações e acampamentos) é uma tática reformista que possui um caráter revolucionário e, a luta para permanecer na terra ocupada, onde se inclui a cooperação agrícola que procuram integrar ao mercado para se beneficiar deles, é a evidência de uma proposta reformista burguesa. Entretanto, o mesmo autor levanta o argumento de que as reformas

“...podem estar subordinadas a estratégias distintas, ou seja, reformas táticas burguesas ou revolucionárias. ...As reformas táticas que interessam aos socialistas revolucionários são aquelas arrancadas da burguesia, aquelas que contribuem para elevar a independência, a consciência de classe, a combatividade do proletariado e seus aliados populares.” (CARVALHO, 1994:256).

Assim, a manutenção de independência das cooperativas não seria garantida pelo seu objetivo econômico, até porque procura-se integrar ao mercado capitalista, mas pelo objetivo político, que garantiria o seu caráter revolucionário. Assim, podemos afirmar que a viabilidade econômica das cooperativas depende da viabilidade política. A sobreposição desta (política) garante o caráter

revolucionário e a não subordinação à ordem capitalista.

Portanto, observa-se que a força das cooperativas reside mais no seu objetivo político do que econômico, e que a cooperação, no assentamento, possui um cunho anticapitalista no sentido político, mas necessita de aderir ao mercado, se o considerarmos a partir da perspectiva econômica.

O trabalhador assentado possui uma “consciência” construída no processo de trabalho e relação de produção (forma de conceber a produção no campo) diferente daquela vivida pelos agricultores familiares. A proposta de cooperação é um exemplo dessa diferença.

Após expropriação/expulsão e experiências urbanas, os trabalhadores sem terra deixam de conceber a produção no campo de forma individualizada, característica da produção camponesa. Agora, não aceitam mais o prejuízo diante dos grandes esquemas econômicos, que lhes subtraem a renda. A não aceitação à subordinação da produção familiar a estes esquemas é a evidência da visualização do campo político pelo camponês, que geralmente não se interessa por esta questão.

É importante observar que não foram necessariamente suas experiências na cidade, resultante da expulsão/expropriação que levaram os sem-terras assentados a conceber a produção de forma diferente (inseridas no contexto político). As novas propostas de produção no assentamento são resultantes do “aprendizado” nas lutas e ações coletivas que se desenvolveram no processo de conquista da terra. As novas propostas não são resultados das experiências urbanas, pois considerando assim, chegar-se-ia a conclusão de que a expropriação/expulsão foi um fato benéfico aos trabalhadores rurais.

Apesar do refluxo do movimento com o assentamento dos sem-terras, a organização nas cooperativas é uma forma de procurar manter as mesmas disposições vividas no período de acampamento, para que o sem-terra assentado não perca o desencanto pela luta. Torna-se um instrumento de fortalecimento das utopias.

Uma parcela considerável dos assentados têm aversão ao trabalho cooperativo e coletivo. Como a produção cooperativa não reproduz necessariamente o “modelo” familiar agrícola, a grande questão colocada está na dificuldade de reprodução do modelo experimentado por parte

dos assentados. Segundo o INCRA, 5,38% dos assentados desenvolvem exploração coletiva, enquanto que 86,59% desenvolvem exploração individual e 8,03% utilizam a terra para explorações de forma mista (INCRA/CRUB/UNB, 1998:40).

Essa aversão e resistência justifica-se pela trajetória de vida dos assentados que sempre desenvolveram atividades produtivas trabalhando individualmente ou com a família. Entretanto, a forma de produção cooperativa proposta pelo MST, encontra receptividade em muitos assentamentos.

É importante destacar que a adesão dos assentados à cooperação não passa apenas pelas questões subjetivas (liberdade de escolha), mas, também por questões objetivas, como força de trabalho de cada família, técnicas e área de cultivo, por exemplo.

Além da dificuldade de aceitação da cooperação, existe a resistência aos programas de entidades de apoio ao movimento, como sindicatos e partidos políticos. Estas resistências estão vinculadas às questões de ordem objetiva e subjetiva e revelam as dificuldades internas do MST, bem como no interior dos assentamentos.

Os conflitos entre os projetos da direção e o projeto dos trabalhadores, baseados na agricultura familiar levam à flexibilização com a criação de espaços associativos intermediários, conciliando o trabalho coletivo com o individual (Gohn, 1997:150), pois

“O SCA, deve trabalhar com todos os assentados, independente da forma de organizar o trabalho e a produção.” (CONCRAB, 1998:15).

O exemplo da coletivização, como as comunas russas, já foram criticadas, e a importância da agricultura familiar foi tratada por Chayanov (*La Organización de la Unidad Económica Campesina*, 1974), entre outros autores.

Deve-se observar ainda, que o trabalho cooperativo é recusado, porque existe a preocupação do assentado em perder sua “autonomia”.

Os assentados entendem que as atividades desenvolvidas através de trabalho cooperativo podem proporcionar resultados econômicos favoráveis. Entretanto, é uma aspiração dele a reconstrução do projeto de ser colono, relação

que envolve “autonomia” e “auto-suficiência” se comparada com as regras rígidas (estabelecimento de horários, por exemplo) e divisão do trabalho, exigidos pelas atividades coletivas/cooperativas.

“...o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ‘ser colono’, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sobre seu controle a organização e os resultados da produção.” (ZIMMERMAM, 1994:208).

Os assentados vêm no trabalho coletivo uma ameaça ao seu projeto de ser colono, que é baseado na hierarquia; quando se manifesta um choque entre o projeto de *igualitarismo* não reconhecido pelos camponeses (proposta feita pelas lideranças preparadas e formadas politicamente pelos mediadores, neste caso o MST) e uma proposta de organização social baseada na *hierarquia*, estabelecida na valorização diferencial, com deveres, direitos e atribuições estabelecidos não necessariamente por critérios econômicos. (ROMANO, 1994:257).

Esta recusa evidencia que o assentado não perdeu o seu “espírito camponês”, formado no processo de trabalho e produção individual/familiar. Embora os trabalhadores sem-terras assentados tivessem passado por experiências de trabalho assalariado nas cidades, ele traz consigo toda uma experiência de trabalho individual/familiar, característica da produção camponesa.

Por outro lado, a produção no assentamento, pensada como uma unidade agrícola isolada, quando um único trabalhador domina todas as etapas da produção não é mais aceita por uma parcela dos assentados, quando investem na produção cooperativa.

Ocorre que a existência da produção camponesa está em constante mudança, não existindo um conceito pré-estabelecido, visto que eles diferem de uma sociedade para outra. O campesinato é formado no âmago da relação de produção e se transforma em função das novas exigências colocadas. Produzem-se mudanças importantes nas suas estruturas, aparecendo formas diferenciadas de produção, em função das necessidades de transformação para garantir sua existência e reprodução.

“... Sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados.Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneira já parcialmente explorada por Kautsky.” (SHANIN, 1980: 58).

A discussão sobre organizações coletivas e trabalho individual nos assentamentos sempre “dividiram” técnicos, militantes, intelectuais e os próprios assentados. É comum observar posições da direção, principalmente, defendendo que os trabalhos cooperativos têm vantagens superiores aos trabalhos individuais/familiares. Embora possa existir resistência e oposição dos assentados em adotar de forma absolutamente coletivista (terra, plantio, criação, construções de residências e infraestrutura, comercialização), muitos se deixam seduzir pelo novo e utópico. (ESTERCI, 1992:6).

Na concepção de Oliveira, as iniciativas cooperativistas no campo parecem não ser uma saída para os assentados, pois a especialização implícita na proposta de cooperação pode significar a entrada nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir técnicas e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas.

“Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro. Estamos pensando numa alternativa defensiva... Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros.” (OLIVEIRA, 1994:50).

O acesso às técnicas e máquinas modernas são importantes para garantir a viabilidade econômica, e, a integração aos mercados surge como uma “alternativa econômica” para as cooperativas, e as agroindústrias tomam impulso naqueles assentamentos que a cooperação agrícola encontram-se mais evoluídos política e economicamente.

Como existe uma grande demanda de produtos agrícolas industrializados, os agricultores (assentados) devem adaptar-se às necessidades do mercado, investindo na verticalização da produção (agroindustrialização), procurando agregar valor aos seus produtos.

Para o MST, a “integração” da produção agrícola à indústria seria uma tendência dos dias atuais, que se daria com indústrias capitalistas ou através da organização de agroindústrias pelos próprios assentados.

As agroindústrias nos assentamentos têm características essenciais que as diferenciam dos CAI (complexo agroindustrial). Além de uma forma diferenciada de produzir, o empreendimento dos trabalhadores (as cooperativas dos assentamentos) produzem as próprias matérias primas, enquanto que as indústrias capitalistas adquirem essas matérias primas produzidas pelos agricultores. Assim, as rendas obtidas com indústrias e agroindústrias são provenientes de relações diferenciadas.

As agroindústrias não se referem necessariamente ao CAI. A renda obtida pelas grandes empresas industriais que atuam na transformação de produtos agrícolas é resultado da apropriação de renda obtida pela circulação dos produtos agrícolas e pela exploração dos trabalhadores assalariados (lucro). Nas agroindústrias desenvolvidas nos assentamentos, a renda é gerada na produção de bens agroindustrializados e apropriada pelos próprios trabalhadores.

A produção agroindustrial exige grandes mudanças na forma de produzir do assentado. Uma questão importante a ser destacada é a *especialização e divisão do trabalho*, que praticamente não existem na produção camponesa. Entretanto, a questão da especialização deve ser melhor estudada, pois muitas cooperativas têm se estruturado desenvolvendo culturas e atividades diversificadas.

COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – CPA's

UF	Município	Assentamento	Cooperativa	Sócios
BA	Alcobaça	Pojeto -4045	Coopranova	30
BA	Arataca	Terra Vista	Coopasul	100
BA	Prado	1 de Abril	Cooraunião	28
BA	V. Conquista	Faz. Amaralina	Coopaa	128
CE	Canindé	Vitória	Coopavi	56
CE	Itararema	Lagoa Mineiro	Copaglam	140
CE	Madalena	25 de Maio	Copama	80
CE	M.S.Tabosa	Santana	Copaguia	54
ES	Ecoporanga	Vale Ouro	Coopane	48
ES	N. Venecia	Pip Nuk	Coopoap	40
ES	S.G. Palha	13 De Maio	Coopranovas	45
ES	São Mateus	Vale da Vitória	Cooprava	65
MA	V Mearim	Vila Diamante	Coopervid	72
MS	Anastácio	São Manoel	Copal	28
PE	Arcoverde	Pedra Vermelha	Cooprav	30
PE	Ribeirão	Serrinha	Coopase	20
PE	Bonito	Serra Quilombos		30
PE	Timbaúba	Panorama	Coopapa	20
PR	Lindoeste	Verdum	Coprac	20
PR	Paranacity	Santa Maria	Copavi	37
PR	Quer. Norte	Portal do Tigre	Copaco	31
PR	Pitanga	Cascata	Coproag	20
PR	Pitanga	Otto Cunha	Cooproserp	54
RS	Charqueadas	30 de Maio	Copac	58
RS	Eldorado Sul	Irga	Copael	46
RS	Hulha Negra	Conq. Fronteira	Capaul	38
RS	Jul. Castilhos	Nova Ramada	Cooponor	52
RS	Pontão	Faz. Annoni	Copagri	15
RS	Salto Jacui	Rincão do Ivai	Coparil	54
RS	N Barreiro	Peq. Agricultores	Coobapa	650
RS	Constantina	Peq. Agricultores	Coopac	700
RS	Trindade Sul	Trindade Sul	Coopatrisul	30
RS	Três Passos	Peq. Agricultores	Coopema	100
RS	São Pedro	Pe. Josimo	Copaes	45
RS	Pontão	Faz. Annoni	Cooptar	70
RS	Piratini	Conq. Liberdade	Coopava	46
RS	N.S. Rita	Capela	Coopan	60
RS	S. Livramento	Liberd. Futuro	Copal	54
SC	Abelardo Luz	Volta Grande	Copranova	77
SC	Abelardo Luz	Papuã II	Cooprapã	100
SC	Cmp. Novos	30 Outubro	Copagro	78
SC	D. Cerqueira	Conq. Fronteira	Coopeunião	58
SP	Itabera	Vó Aparecida	Copava	58
SP	Itapeva	Pirituba	Copracol	40
SP	Promissão	Pe. Josimo	Copajota	80

COOPERATIVAS REGIONAIS

UF	Município	Cooperativa	Sócios
PI	São João	Comasjopi	130
PR	Cantagalo	Coagri	1328
PR	Lindoeste	Coara	90
RS	Hulha Negra	Cooperal	870
RS	Sarandi	Coanol	880
RS	Hulha Negra	Cooptil	304
RS	Porto Alegre	Camail	98
SC	Abelardo Luz	Cooperjus	92
SC	Matos Costa	Coopercon	192
SP	Pontal	Cocamp	300

Fonte: CONCRAB. 1996

CONCLUSÃO

Verifica-se que as associações, grupos coletivos, cooperativas, desempenham papel de articuladores dos assentados na busca de recursos, créditos, infraestruturas, organização de outros acampamentos e ocupações, além da própria organização produtiva. As associações e cooperativas de produção agrícola têm demonstrado mais eficiência política do que econômica, pois tornam-se instrumentos de discussão sobre a produção, cultura, política, lazer, etc.

As cooperativas dos assentamentos tornam-se importantes não apenas pelo seu significado econômico, mas sobretudo, pelo seu significado político. Por isso, os assentamentos e as cooperativas aí existentes, são uma importante conquista para a realização da reforma agrária e tornam-se instrumentos questionadores da ordem capitalista/oligárquica.

Verifica-se ainda, que as cooperativas também assumem importância política quando se tornam elemento irradiador e fortalecedor das mobilizações e lutas. Elas são referência na formação de lideranças e “quadros” que atuam tanto nas propostas de organizar a produção agrícola, como nas mobilizações de conquista da terra e novos assentamentos. Os sem – terras assentados constroem alianças com outros segmentos de trabalhadores organizados, como movimentos, entidades, sindicatos de funcionários públicos, professores, transportes, etc. Unem-se a outros trabalhadores para realizar mobilizações e conquistas.

Todas as conquistas dos sem-terras têm início a partir da conquista maior: a Terra. Assim, encerramos tomando emprestada uma palavra de ordem dos sem-terras (acampados e assentados) de Itaquiraí no Mato Grosso do Sul: “*Da Terra Vem a Esperança.*”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, H.M. Tática Reformista, Estratégia Revolucionária. In: STÉDILE, J.P. (Coord). *A Questão Agrária Hoje*. São Paulo: Editora da Universidade, 1994. p. 255-58.
- CHAYANOV, A. *La organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONCRAB (Ed.) *CONCRAB: Quatro Anos Organizando a Cooperação*. São Paulo: CONCRAB. 1996.
- CONCRAB (Ed.) *Cooperativas de Produção – Questões Práticas. Caderno de formação*, n. 5, 1997.
- CONCRAB (Ed.) *Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de Cooperação*, n. 5, 1998.
- ESTERCI, N. et al. Assentamentos Rurais: Um Convite ao Debate. *Assentar, Assentados e Assentamentos – Solução ou Atenuante*, n. 3, p. 4-15, 1992.
- GOHN, M.G. *Os sem-terra, Ong's e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GÖRGEN, F.A.S., STÉDILE, J.P. (Orgs). *Assentamentos: Resposta Econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- INCRA/CRUB/UNB. *I Censo da Reforma Agrária no Brasil*. Brasília:INCRA.1998. LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social*. 5. ed. São Paulo: Cortez. 1989.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARTINS, J.S. *O poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MST. *Agenda do MST*. São Paulo: MST. 1988.
- MST (Ed.) *A Cooperação Agrícola nos Assentamentos. Caderno de Formação*, n. 20, 1993.
- OLIVEIRA, A. U. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12, 1994, Água de São Pedro. *Mesas Redondas*. Rio Claro: IGCE, 1994. p. 24-51.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- RICOEUR, P. *Interpretação e Ideologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- ROMANO, J.O. Poder Valores e Conflito nos Processos de Organização no Interior dos Assentamentos. Comentários a um Debate. In: MEDEIROS, L. et. al. *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994. p. 249-58.
- SHANIN, T. *A definição de Camponês*. Conceituação e Desconceituação – O velho e o novo em uma discussão marxista. Petrópolis: Estudos, 1980. n.26.
- ZIMMERMANN, N.C. Os Desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural. In: MEDEIROS, L. et al. *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994. p. 205-24.